

ação

Jornal do CRESS-SP / Dez. 2020

A LUTA PELO TRABALHO E PELA SOBREVIVÊNCIA

Em meio a uma confluência de crises, a pandemia da COVID-19 impõe novas dificuldades e aprofunda a precarização do trabalho e da vida da classe trabalhadora no Brasil

« QUARENTENA GERAL PARA NÃO ADOECER,
RENDA MÍNIMA PARA SOBREVIVER,
MAIS LEITOS PARA NÃO MORRER »

P.3

P.6

Compromisso com a qualidade dos serviços e defesa da centralidade da vida no atendimento do CRESS-SP durante a pandemia

P.8

O impacto da atuação profissional de assistentes sociais para a população LGBT+

P.10

A assistente social Kátia Maria Deola em entrevista sobre o Serviço Social na linha de frente do enfrentamento à pandemia da COVID-19

OS PROBLEMAS EXPOSTOS, O LUTO — E A LUTA COLETIVA COMO REMÉDIO

O ano de 2020 foi um ano difícil e de muitos desafios para a categoria de assistentes sociais e para toda a sociedade. Abrimos esta edição nos solidarizando por todas as vidas interrompidas pela COVID-19. Até o fechamento deste jornal, o Brasil registrava a **morte de 166.067 (cento e sessenta e seis mil e sessenta e sete) pessoas com nome, sobrenome, família, amigos/as e amores. Entre essas pessoas, assistentes sociais, trabalhadores/as da Saúde e de outros espaços sócio-ocupacionais que perderam suas vidas em razão do seu compromisso com a sociedade no contexto da pandemia.**

Para além da dor amarga do luto, fomos expostos/as diariamente a discursos negacionistas, de que as mortes seriam inevitáveis, reforçando total desprezo pela vida dos/das trabalhadores/as brasileiros/as. **A política ultraneoliberal instaurada como projeto de governo, evidenciada pelas contrarreformas trabalhista, previdenciária e de congelamento dos gastos públicos, mostrou-se insustentável por promover o desfinanciamento das políticas de Seguridade Social,** aprofundando radicalmente as desigualdades, ajudando a definir quem seria a vítima fatal da COVID-19 no país: a população pobre e negra, que precisa acessar os serviços públicos nas zonas mais periféricas dos centros urbanos.

Desde março, vivenciamos o limiar das nossas forças. Foi preciso se reinventar e adequar rotinas já extenuantes, de vida e profissionais, a **intensos processos de trabalho, ainda mais precarizados e adoecedores,** em meio a um debate sobre o “novo normal”. Expressão esta que, durante a pandemia, escancarou mais uma vez os privilégios de nossa sociedade, em que **apenas uma parcela da população pôde estar em segurança,** seja de moradia, alimentar, trabalhista ou de saúde. Para os/as trabalhadores/as que dependem da venda de sua força de trabalho para o próprio sustento e que são assolados/as pelo desemprego e pela precarização sempre maiores das relações de traba-

lho, **“novo normal” nunca foi opção, mas a manutenção da própria sobrevivência.**

No campo específico do Serviço Social **foi exigido, como nunca, adensar o debate sobre a introdução do uso das TICs** (Tecnologias da Informação e Comunicação) no cotidiano profissional de assistentes sociais e os desafios colocados para o projeto ético-político neste cenário de crise pandêmica.

Assim, o **Jornal Ação edição 95** busca apresentar **algumas das diversas situações vivenciadas pelos/as assistentes sociais que estão na linha de frente** do atendimento à população. Também compartilha **os esforços empreendidos pela Direção Estadual do CRESS-SP** — empossada no mês de maio, no auge da pandemia — para garantir a segurança necessária a todos/as os/as seus/suas trabalhadores/as, bem como para manter o atendimento com qualidade a toda a categoria profissional. As páginas a seguir são **um convite à reflexão, ao debate e ao engajamento críticos em defesa da profissão, do trabalho e dos princípios ético-políticos** do Serviço Social no Brasil.

Dedicamos este **primeiro jornal do triênio 2020-2023 à memória de Thiago Pinéis de Araújo,** trabalhador da Secional Araçatuba do CRESS-SP, que de maneira sempre comprometida e afetuosa contribuiu para o fortalecimento do Serviço Social e da Instituição, apoiando a categoria da região de forma organizada e dedicada nos últimos doze anos. **Thiago Pinéis, presente!**

Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo — 9ª Região (CRESS-SP)

Gestão Ampliações: Em defesa do Serviço Social, nos encontramos na luta!

Triênio 2020-2023

Dezembro de 2020.

OS MURRADO

ação #95

cress-sp conselho regional de serviço social de são paulo 9ª região

INFORMATIVO DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO — 9ª REGIÃO (CRESS-SP) DEZ-2020

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO - 9ª REGIÃO

Rua Conselheiro Nébias, 1022 – Campos Elíseos – São Paulo – SP – CEP 01203-002
secretaria@cress-sp.org.br ou www.cress-sp.org.br
facebook.com/cress.saopaulo
youtube.com/cresssp
flickr.com/fotos/cress-sp
instagram.com/cress_sp

20ª DIRETORIA

Gestão “Ampliações: Em defesa do Serviço Social, nos encontramos na luta!”

Presidenta: **Nicole Barbosa de Araújo**
CRESS Nº 48.478

Vice-Presidenta: **Francilene Gomes Fernandes**
CRESS Nº 38.876

1º Secretário: **Ubiratan de Souza Dias Junior**
CRESS Nº 56.238

2ª Secretária: **Patrícia Maria da Silva**
CRESS Nº 40.136

1ª Tesoureira: **Laressa de Lima Rocha**
CRESS Nº 48.137

2ª Tesoureira: **Ana Lea Martins Lobo**
CRESS Nº 51.291

Conselho Fiscal

Anne Oliveira da Silva

CRESS Nº 57.945

Maria Conceição Borges Dantas

CRESS Nº 33.767

Regiane Cristina Ferreira

CRESS Nº 31.262

Suplentes

Nayara Albino Gonçalves CRESS Nº 50.037

Erlly Fernandes de Araujo CRESS Nº 63.801

Pammella Barbosa Galdino CRESS Nº 49.184

Thiago Estevão Ramos CRESS Nº 39.127

Bárbara Canela Marques CRESS Nº 39.904

Camila Gibin Melo CRESS Nº 39.957

Thiago Agenor dos Santos Lima CRESS Nº 41.968

Aparecida Mineiro do Nascimento Santos

CRESS Nº 15.204

Comissão de Comunicação

Bárbara Canela Marques CRESS Nº 39.904

Camila Gibin Melo CRESS Nº 39.957

Nicole Barbosa de Araújo CRESS Nº 48.478

Pammella Barbosa Galdino CRESS Nº 49.184

Ubiratan de Souza Dias Junior CRESS Nº 56.238

Assessoria de Comunicação

Larissa Furtado

comunicacao@cress-sp.org.br

(11) 3351-7506

Segunda à sexta, das 12h às 18h.

MPM
Editora

Jornalista Responsável

Ana Paula Cappellano - MTB 09394/MG

jornalista@mpmcomunicacao.com.br

Atendimento

Daiane Brito

atendimento1@mpmcomunicacao.com.br

Designer

Jeniffer Crispim

Tiragem

37.350 mil exemplares

Impressão

GDD Editora Gráfica

Fotos

CFESS, CRESS-SP, Shutterstock

Capa

Banco de dados: Pixabay, Pexels

A CRISE DAS CRISES: A PANDEMIA PARA OS/AS TRABALHADORES/AS

A aprofundada precarização do trabalho e da vida da classe trabalhadora é um dos saldos mais negativos da COVID-19 para o Brasil. O processo, desencadeado por contrarreformas e medidas neoliberais anteriores à crise sanitária, generaliza-se, agora, impulsionado pelo uso massivo e a adoção desregada e intensiva das TICs e do teletrabalho

Refletir sobre os impactos da pandemia da COVID-19 para a classe trabalhadora no Brasil é, necessariamente, debater o capitalismo e seus perversos mecanismos de sustentação ao longo da história recente. O capitalismo avançou ancorado na exploração da força de trabalho, seguiu em crise estrutural e chegou ao neoliberalismo vigente hoje, que aprofunda a precarização do trabalho e, em suma, a precarização da vida dos/as trabalhadores/as brasileiros/as.

Em 2020, a pandemia aparece como mais um elemento avassalador desse enredo, que já desenrolava diferentes crises no país, desencadeadas por um conjunto de medidas neoliberais, como as implementadas a partir de 2016, no Governo Temer. **Uma série de contrarreformas que desmonta as bases da Proteção Social, promovendo, entre outros, o desfinanciamento das políticas de Seguridade Social, especialmente o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as políticas mais demandadas no enfrentamento da pandemia.** As contrarreformas trabalhista e da Previdência já eram o prenúncio de tempos nefastos, assim como a Emenda Constitucional 95/2016, a “EC da morte” (da “PEC da Morte” ou “PEC do fim do mundo”), que estabelece o Novo Regime Fiscal e impacta drasticamente as políticas e programas sociais em todas as áreas, com congelamento por 20 anos dos gastos públicos na Saúde, Assistência Social, Previdência e demais políticas públicas.

Soma-se, a partir de 2019, a chegada à Brasília de um governo obscurantista, que faz apologia à ditadura militar e assume o fundamentalismo religioso, o negacionismo da ciência, os irracionismos e as ideologias e práticas de traços neofascistas que ameaçam a ordem pública constitucional. “Trata-se de uma **política que acaba resultando em ampla regressão de direitos conquistados** e de um desgoverno que dá sequência e aprofunda as contrarreformas ultraneoliberais. Acaba impondo a **necropolítica como forma de governo**, como estamos vendo em relação à pandemia. Um profundo descaso com a vida da população”, descreve **Raquel Raichelis**, assistente social, referência no Serviço Social brasileiro, pesquisadora e autora da área, professora e atual coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Imagens/Fotos: ilustrativas/Shutterstock - 1773400424 Créditos: Jo Galvao



Segundo **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** divulgada no fim de outubro, a taxa de desocupação no trimestre de junho a agosto de 2020 chegou a 14,4%, a mais alta da série histórica iniciada em 2012, com população desocupada de 13,8 milhões de pessoas. A população subutilizada, com 33,3 milhões de pessoas, e a população desalentada, chegando a 5,9 milhões, foram recordes, enquanto o número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, estimado em 29,1 milhões, foi o menor da série e a taxa de informalidade chegou a 38% da população ocupada, com 31 milhões de trabalhadores/as informais.

(FONTE: IBGE / Agência IBGE Notícias, em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29322-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-4-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-30-6-no-trimestre-encerrado-em-agosto-de-2020>)

Os dados ajudam a ilustrar a situação da classe trabalhadora hoje, enfrentando mais de oito meses de pandemia da COVID-19 e amargando as consequências de uma confluência de crises, anteriores à sanitária, mas que se agravam com ela. “Parto do pressuposto que temos no Brasil a confluência de três crises: econômica, política e sanitária. Nesse contexto de tríplice crise, o que constatamos é a ruptura do pacto político que se construiu em torno da Constituição Federal de 1988, especialmente no âmbito da Seguridade Social, com base na ideia de que, tal qual definida na Constituição, ela não cabe no Orçamento Público, que os direitos sociais oneram demais o Fundo Público e que o enfrentamento da crise é de responsabilidade de toda a sociedade”, analisa Raquel Raichelis.

Raquel ressalta que, historicamente, já há no mercado de trabalho brasileiro a exclusão de imensas parcelas de trabalhadores/as do acesso ao trabalho regular, protegido, à carteira de trabalho e às condições de reprodu-

ção social. “O que a pandemia desencadeia é um processo que já vinha se desenvolvendo no contexto pré-pandêmico, com um aumento sem precedentes das taxas de desemprego e com um crescimento também cada vez mais amplo da informalidade no mercado de trabalho, do trabalho intermitente, flexível, terceirizado”, resume.

Quando a pandemia chega ao país, o isolamento e o distanciamento sociais como as medidas centrais de proteção à vida não são uma opção viável

para esses/as trabalhadores/as. Uma população, como retrata Raquel, “forçada, pela premência da luta pela sobrevivência, a sair para trabalhar, para ‘fazer um bico’, em geral um trabalho informal, subcontratado, mal remunerado, incerto, mas a única possibilidade de sobrevivência em meio a essa situação”.

Para a assistente social **Camila Gibin Melo**, Conselheira Estadual do CRESS-SP, a pandemia evidenciou ainda mais a expropriação do trabalho, trazendo à tona os resultados das relações capitalistas, que retiram dos/as trabalhadores/as o controle sobre o próprio trabalho. “Ficou nítido que são os capitalistas quem decidem quem vai viver e quem vai morrer, quem vai precisar trabalhar e enfrentar transportes públicos lotados e quem vai poder cumprir o lema ‘#ficaemcasa’ do começo ao fim”, afirma Camila.

Precariedade, TICs e “uberização”

O impacto imediato da pandemia na classe trabalhadora é o desemprego. De maneira mais ampla, pensando nos altos índices da informalidade e da terceirização, a impossibilidade de trabalhar. Os números do IBGE dão a dimensão desse impacto. Já para quem manteve suas atividades ou seus postos, o agravamento da flexibilização e da precarização do trabalho e das relações de trabalho aumenta a insegurança.

O sentimento vem sendo majorado ao longo desse período, entre outros, por novas ameaças às regras trabalhistas, como na **tentativa do Governo Federal de implementar a Medida Provisória 927/2020**, que perdeu a validade por falta de consenso entre as lideranças no Senado (FONTE: Agência Senado, em <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/07/perde-validade-mp-que-alterava-regras-trabalhistas>), mas que parecia, segundo **CFESS Manifesta**, “desmontar os processos de segurança e saúde do/a trabalha-

dor/a, a fiscalização das relações trabalhistas no país e o trabalho remoto de estagiários/as. Além de intensificar a carga horária de trabalho dos/as profissionais que estão em serviços considerados essenciais” (FONTE: CFESS Manifesta Série Conjuntura e Impactos no Trabalho — Os impactos do coronavírus no trabalho do/a assistente social, disponível para download em <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>). “A ausência de postos de trabalho ou a presença de postos extremamente frágeis no que se refere a estabilidade e garantias trabalhistas fazem os/as trabalhadores/as viverem uma onda de inseguranças que provoca não apenas a pobreza material, mas também a pobreza espiritual, subjetiva, com o aumento do adoecimento mental”, comenta Camila Gibin.

Raquel Raichelis sintetiza os principais impactos da pandemia para os/as trabalhadores/as na “tríade terceirização-flexibilização-precariização do trabalho”. Nesse sentido, as **Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ganham maior centralidade e abrangência, e promovem novas formas de submissão do trabalho** aos interesses do capital e de seus representantes diretos no Estado, além de novas formas de contratação, organização e gestão do trabalho. É o que vem sendo chamado de “**uberização do trabalho**” (em referência à empresa Uber), uma nova morfologia do trabalho, mediado por sistemas e plataformas digitais, com intensa e massiva utilização de tecnologias de base microeletrônica.

“São processos que transformam os/as trabalhadores/as em escravos digitais, nos termos de Ricardo Antunes, com ritmos intensos, jornadas extenuantes, controladas por um algoritmo que não respeita limites físicos e mentais, processos que tratam trabalhadores/as assalariados/as como prestadores/as de serviço, colaboradores/as, patrões/patroas de si mesmos/as”, expõe a professora. Ela critica a **ideologia do empreendedorismo**, que tem sido amplamente propagada e passa a ser incorporada pelos/as próprios/as trabalhadores/as com a expectativa de mais autonomia, de possibilidades de definir as jornadas de trabalho e de maiores ganhos. A realidade é a de um **trabalho sempre mais precário, que invisibiliza suas relações, oculta relações de assalariamento e exploração**, transfere custos aos/as próprios/as trabalhadores/as, destituindo-os/as de seus direitos fundamentais derivados das relações trabalhistas, tudo em um processo de individualização e estímulo à competição que enfraquece a organização e a luta coletivas.

A incorporação das TICs, de acordo com Raquel, acentua **novas formas de controle e vigilância do trabalho, descaracterizando a identidade do/a trabalhador/a**. “Essa nova morfologia do trabalho vai eliminando pilares do trabalho assalariado no capitalismo, promovendo a simbiose entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, e substituindo o trabalho presencial pelo digital”, observa.

A preservação da saúde, central no contexto pandêmico, é dificultada para o/a trabalhador/a diante da precarização das suas condições de vida, do adoecimento causado pelo excesso de atividades ou mesmo diante da exposição aos riscos de contágio pelo novo coronavírus, seja no exercício da atividade profissional, seja na busca por trabalho, ao ser obrigado/a a sair de casa. O impacto extremo é a morte de milhares de trabalhadores/as, vítimas da COVID-19, grande parte, sem garantia de acesso a atendimento em saúde de qualidade. “**As maiores perdas são as mortes**

dos/as trabalhadores/as. Muitas poderiam ser evitadas se a vida estivesse acima dos lucros”, afirma Camila Gibin.

Raquel caracteriza o **contexto atual como dramático, profundamente perverso para o conjunto da classe trabalhadora, mas, ao mesmo tempo, contraditório**. “Um processo que expõe as fragilidades, as debilidades do Estado neoliberal, o fracasso das medidas neoliberais, o sucateamento, o desfinanciamento das políticas sociais. Mas também promove possibilidades de um debate mais profundo sobre a crise e as propostas para o seu enfrentamento”, considera. Ela aponta, inclusive, inúmeras situações de solidariedade no interior da classe trabalhadora, solidariedade de classe nas favelas, nas periferias e nos movimentos populares, que, a despeito da ausência do Estado, sinalizam formas de organização coletiva que a crise sanitária desencadeou e que é preciso conhecer, socializar e potencializar.

Problemas e dilemas para assistentes sociais

No exercício profissional de assistentes sociais, os reflexos da crise sanitária se apresentam em pelo menos dois níveis marcantes de dificuldades, no do aumento da carga de trabalho — seja pelo teletrabalho, baseado no uso intenso das TICs, seja pela maior demanda nos serviços de assistência — e no da falta de recursos para os atendimentos à população.

“Com as TICs, os/as assistentes sociais são acionados/as de diversas formas, via reuniões on-line, redes sociais, entre outros, chegando a ultrapassar o tempo da jornada de trabalho. As requisições são realizadas tanto por parte de colegas de trabalho, como por parte dos/as

próprios/as usuários/as”, relata Camila Gibin. A assistente social comenta a **ausência de recursos tecnológicos como computadores e aparelhos celulares, que obriga os/as profissionais a utilizarem seus equipamentos particulares**. “Entende-se, também, a inexistência dessas mesmas condições por parte dos/as usuários/as, que, muitas vezes, sequer têm celulares com redes de internet que possibilitem acessar os atendimentos, agendamentos e benefícios variados, que também estão informatizados”, sublinha. Raquel Raichelis diz que **os/as assistentes sociais se veem em conflito ético**, no dilema entre os seus direitos de trabalhadores/as — de proteção à saúde, à vida — e os direitos dos/as usuários/as, que têm o atendimento interrompido quando mais necessitam de apoio.

Para a professora, **o quadro da pandemia atinge o núcleo das atribuições e competências profissionais dos/as assistentes sociais**. “Uma mudança muito profunda na organização e no processamento do trabalho profissional de assistentes sociais e de demais profissionais é a questão do trabalho remoto, um tipo de trabalho que se generalizou amplamente no contexto da pandemia, esse chamado ‘novo normal’, e que não podemos naturalizar”, alerta. A professora defende o debate da experiência em curso, a sistematização das práticas em desenvolvimento, a realização de estudos e pesquisas, como um **“observatório de acompanhamento e registro” desse processo, para o entendimento dos impactos das novas formas de organização do trabalho e seus rebatimentos** nos conteúdos, na direção ética e política do trabalho profissional e na relação com os/as usuários/as. “**O trabalho remoto jamais pode substituir a relação presencial, dialógica, político-pedagógica** que os/as assistentes sociais estabelecem com os sujeitos com os quais trabalham e para quem prestam serviços. Estamos vivendo uma situação excepcional e é nesse sentido que essas ferramentas podem ser usadas”, analisa Raquel.

Outro desdobramento para o trabalho de assistentes sociais é a **reedição da ideia de “pronto-socorro social”, que dissemina o desenvolvimento de ações emergenciais muitas vezes desconectadas do cerne das próprias políticas sociais** em que são inseridas, como o Auxílio Emergencial do Governo Federal e ações solidárias, realizadas principalmente por governos municipais, descoladas das políticas de saúde,



Uma mudança muito profunda na organização e no processamento do trabalho profissional (...) é a questão do trabalho remoto, que se generalizou amplamente no contexto da pandemia, e que não podemos naturalizar



Raquel Raichelis

Assistente social, professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP

Foto: CRESS-SP

assistência social ou educação. “Neste contexto, são enfraquecidas as políticas públicas, as ações continuadas, os serviços que têm que ter continuidade, previsibilidade, financiamento, e se transformam em ações pontuais, emergenciais e clientelistas”, explica Raquel, identificando um **terreno fértil para a disseminação de estratégias gerencialistas**, a cobrança de metas de produtividade, a prática de assédios, de vigilância e controle do trabalho que acabam se transferindo para os/as usuários/as.

Defesa do trabalho e da vida

As perspectivas para a classe trabalhadora brasileira a partir da pandemia da COVID-19, com a tendência de continuidade do agravamento da crise social, são austeras e exigem uma ruptura com o modelo atual de sociedade. “A luta de classes corresponde a um movimento histórico que pode ter a correlação de forças alterada a favor dos/as trabalhadores/as, desde que arregacemos as mangas na construção de um novo projeto societário”, defende Camila Gibin.

Reverter o processo exigirá **a mobilização concreta dos/as trabalhadores/as**, a partir do diálogo permanente entre pares, da conscientização pela educação — da classe trabalhadora e da população como um todo — e da organização e resistência coletivas na vivência cotidiana do trabalho. “E falar sobre isso, sobre esse trabalho miúdo, é primordial, pois ele não corresponde a mero balcão de informações e orientações. É preciso que haja a construção intencional de experiências educativas com

as pessoas atendidas, para que, pelo concreto, elas possam vivenciar a construção de novas relações sociais pautadas na coletividade”, reflete Camila, acrescentando que assistentes sociais devem se apropriar de referências teórico-críticas que fundamentem a atuação ideológico-política e contribuam para a construção de ações e projetos político-pedagógicos.

Para Raquel Raichelis, as **TICs, apesar de apropriadas pelo capital, precisam ser disputadas e usadas estrategicamente a favor dos valores ético-políticos que orientam o projeto profissional do Serviço Social**, algo já identificado em algumas áreas, com ações importantes de assistentes sociais em seus espaços de trabalho. Outro aspecto é **que os/as próprios/as assistentes sociais definam o que é e o que não é possível realizar no trabalho remoto**, evitando direções estabelecidas institucional e hierarquicamente, com reflexos desastrosos para a qualidade dos serviços e os valores éticos defendidos no projeto profissional.

“Um conjunto de questões, de expropriações, de perdas que os/as assistentes sociais estão sofrendo nos seus locais de trabalho certamente não será resolvido no interior das instituições, nem mesmo da categoria profissional, mas **exige alianças mais amplas com forças coletivas que hoje estão na resistência a esse desmanche do Estado, das políticas públicas**. É preciso criar unidade política, inclusive tendo os/as próprios/as usuários/as como aliados/as, numa **luta mais ampla em defesa do trabalho, dos direitos sociais, da vida de assistentes sociais como parte da classe trabalhadora**”, conclui Raquel.

Como aponta Camila Gibin, em tempos de pandemia, o capitalismo não deixou de ser capitalismo. “As relações produtivas capitalistas permaneceram se realizando, agora com o marco de uma crise sanitária, a quem é possível tratar como ‘bode expiatório’. Se não cuidarmos de nossas lentes de análise, falaremos que o mundo está de ‘ponta-cabeça’ devido ao infortúnio de um vírus. Mas limpando nossas lentes, ou as trocando por umas que nos façam olhar para a raiz dos problemas, aí sim, desvendaremos os tempos vividos”, finaliza. ■



Foto: CRESS-SP

Camila Gibin Melo

Assistente social, Conselheira Estadual do CRESS-SP

Pandemias e pandemias

Trabalhadores/as, negros/as, indígenas, mulheres, LGBT+ e pobres perdem mais com os impactos da crise sanitária

A população que faz parte da classe trabalhadora e aquela que compõe a burguesia não estão vivenciando a crise sanitária, e nem a econômica, da mesma forma, frisa Camila Gibin Melo. “É certo que o vírus não escolhe perfis a quem irá contaminar, mas a sociedade capitalista seleciona quem terá acesso aos melhores hospitais e quem terá melhores condições de vida para garantir a prevenção”, pontua. A assistente social cita um relatório da Oxfam divulgado em julho de 2020 que aponta que na América Latina e Caribe, desde meados de março, a riqueza da elite de supermilionários havia crescido 17%, o que corresponde a US\$ 48,2 bilhões, equivalentes a 38% do total dos pacotes de estímulo implementados pelo conjunto dos governos da região e nove vezes a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) com empréstimos de urgência à região até o fechamento do relatório. (FONTE: Oxfam Brasil, relatório “Quem paga a conta? — Taxar a riqueza para enfrentar a crise da COVID-19 na América Latina e Caribe”, disponível para download em <https://www.oxfam.org.br/publicacao/quem-paga-a-conta/>)

No interior da classe trabalhadora, também há recortes no modo como diferentes segmentos atravessam o período da pandemia. A professora Raquel Raichelis destaca que a situação da crise piora se considerarmos as dimensões de raça, gênero e etnia. “Sabemos que os salários das mulheres são menores do que os dos homens, exercendo a mesma atividade, e se forem pretas e pardas serão submetidas a trabalhos mais precários e a salários ainda mais baixos”, lembra. Outro aspecto é que a vivência do teletrabalho, nas residências dos/as trabalhadores/as, pesa mais sobre a população feminina, em função da divisão sexual do trabalho que permanece sobrecarregando as mulheres nas atividades domésticas e nos cuidados com a família.

Camila reforça que os/as indígenas, negros/as, mulheres, LGBT+ são historicamente os mais atingidos com a exploração e opressão capitalista, o valor da força de trabalho desses grupos sendo depreciado quando comparado ao de trabalhadores homens e brancos. “Essa hierarquização, fruto do próprio valor de troca, que diferencia os/as trabalhadores/as entre si, contribui para rebaixar os salários e selecionar aqueles/as que podem viver”, observa.

Quando olhamos para a cidade de São Paulo, por exemplo, a análise “O impacto da desigualdade

na mortalidade por COVID-19”, do Observatório COVID-19 BR, elaborada com dados de maio de 2020 do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade (PRO-AIME), coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS), mostra que, na capital paulista, pretos/as e pardos/as apresentam risco de morte por COVID-19 69% e 44% maior que os/as brancos/as, respectivamente. Já segundo a renda, na população com menos de 60 anos, a mortalidade por COVID-19 é mais que duas vezes maior na população mais pobre do que na mais rica. (FONTE: Observatório COVID-19 BR, em <https://covid19br.github.io/analises.html?aba=aba6>) ■



Foto: Ilustrativa/Shutterstock - 1700397463 Crédito: Photocriativa

PERTO, A DISTÂNCIA

O teletrabalho durante a pandemia da COVID-19 impôs limites e desafios para a atuação do CRESS-SP. Mas o esforço coletivo fez dele a estratégia central para manter próxima a categoria, reafirmando o compromisso com a qualidade da prestação de serviços e a defesa da centralidade da vida

O ano de 2020, que já seria de transição para o CRESS-SP, com processo eleitoral e novas gestões assumindo o triênio 2020-2023, trouxe, ainda, a necessidade de adequação a um cenário inédito e extremamente desafiador. A pandemia da COVID-19 determinou mudanças urgentes às rotinas de trabalho com as medidas de isolamento e distanciamento sociais, mas não poderia abalar os princípios de atuação do Conselho.

Assim, **todos os setores foram mobilizados para que os serviços à categoria não fossem duramente afetados**, buscando garantir a continuidade dos atendimentos sem expor a saúde dos/as funcionários/as e assistentes sociais atendidos/as. “Foi posto como exigência respirar fundo e nos rever quase que em nossa totalidade. Pensar novas rotinas, novas ações e novas possibilidades foi tarefa de todos os setores, e, para isso, contamos com a participação de todos/as os/as funcionários/as, não somente aqueles/as que mais tinham o contato direto com a categoria”, relata **Laressa Rocha, Conselheira Estadual do CRESS-SP**.

A série de iniciativas contou com a publicação pelo Conjunto CFESS-CRESS de resoluções, instruções normativas, notas e parecer jurídico para a categoria, inclusive para profissionais na linha de frente, e trouxe **o teletrabalho — com os/as funcionários/a desempenhando suas funções em suas residências — como uma nova realidade** para o dia a dia do Conselho.

A primeira reação do CRESS-SP foi reorganizar os serviços e atendimentos presenciais, adotando as medidas preventivas e as orientações do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), e instituir a **Comissão Especial de Monitoramento COVID-19**. Houve agendamento para atendimentos presenciais e rodízio de expediente. Quando a pandemia avançou no Brasil, os/as funcionários/as com doenças pré-existentes e do grupo de risco passaram a trabalhar remotamente, e, posteriormente, todas as equipes. “Logo no início de março, os/as trabalhadores/as estavam seguindo escalas de rodízio. No entanto, com o agravamento da pandemia, ainda em março, foram orientados/as a seguir em teletrabalho”, observa Laressa, lembrando que, na esfera regional, foram publicados a Portaria CRESS-SP nº 026/2020, instituindo o teletrabalho, e o documento “Orientação do CRESS-SP para assistentes sociais sobre o exercício profissional diante da pandemia do coronavírus COVID-19”. Apesar do estranhamento inicial, segundo Laressa, ao longo dos meses, o retorno sobre essa forma de atendimento foi favorável, com diversas devolutivas de que tudo estava sendo realizado a contento.

As tarefas de cada setor foram revisadas e passaram a ser realizadas **exclusivamente no modo virtual**, com análise daquelas que ainda precisariam, excepcionalmente, de outras intervenções. Entre as providências, Laressa cita o envio de prontuários aos/às agentes fiscais para a continuidade das ações, a possibilidade de orientações em videoconferência e de realizar inscrições, cancelamentos e transferências on-line (observando a Resolução CFESS nº 951/2020, para a excepcionalidade em período de pandemia), a prorrogação do prazo de pa-

gamento e a suspensão de cobrança de juros e multas para a anuidade de 2020 e a suspensão de prazos processuais no âmbito de todo o Conjunto CFESS-CRESS. “Tivemos ações esporádicas de ida à Sede do CRESS e Seccionais para retirada de equipamentos e prontuários, assim como entregas de documentos nas casas dos/as trabalhadores/as. **Instituímos uma ajuda de custo que pensava minimamente em contribuir com os gastos que os/as trabalhadores/as teriam em suas residências** e alugamos alguns aparelhos celulares para contribuir com o contato com a categoria no período de pandemia”, acrescenta Laressa.

Sem visitas

Os impactos do teletrabalho foram sentidos mais fortemente por aqueles setores em que o atendimento presencial faz parte da execução do trabalho, como é o caso do de Fiscalização Profissional, que realiza as visitas de fiscalização. “**Todo o setor se preocupou com a suspensão das visitas**, pois foi uma mudança de rotina inesperada. Contudo, todos/as os/as agentes fiscais se dedicaram e tentaram se adaptar ao teletrabalho o mais rápido possível, buscando responder rapidamente às demandas recebidas, sempre se aprimorando, qualificando, considerando a nova realidade vivida pela sociedade e categoria, e sempre de modo a orientar a categoria a acompanhar os conteúdos veiculados nos meios de comunicação e redes sociais do CRESS-SP e do CFESS, e a se envolver nas atividades proporcionadas”, ressalta **Geovana Mazon, agente fiscal do CRESS-SP lotada na Seccional de Marília e que também acompanha a Seccional de Presidente Prudente**.

Os/As agentes fiscais seguiram acompanhando as regiões e cidades de referência, realizando as atividades internas, recebendo demandas e orientando a categoria, tudo a distância. Os atendimentos presenciais passaram a ser on-line — com recebimento de solicitações via e-mail — e, recentemente, também por telefone, com

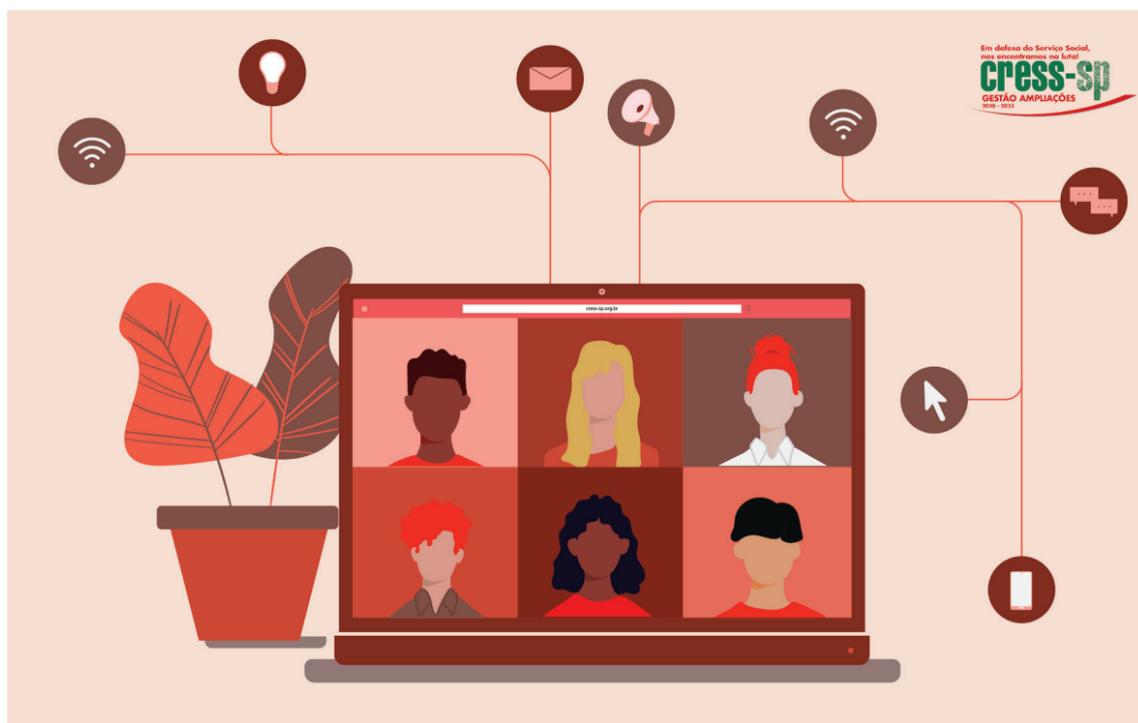


Foto: CRESS-SP

Geovana Mazon

Agente fiscal do CRESS-SP lotada na Seccional de Marília e que também acompanha a Seccional de Presidente Prudente.

a disponibilização de um aparelho institucional para a equipe que reside na região da Sede, graças à logística e à possibilidade de revezamento. **Funcionários/as foram autorizados/as a levar para casa os equipamentos necessários para a realização dos trabalhos, como computadores e impressoras, mantendo o suporte da empresa de tecnologia contratada pelo Conselho**. “Todas as demandas receberam retorno. Apesar da suspensão das visitas, a categoria recebeu respostas, orientações e os encaminhamentos necessários foram realizados. Também temos nos empenhado em prestar atendimento e realizar reuniões mediante ferramentas de videoconferência, quando se faz necessário, tanto para a categoria como para demandas envolvendo tratativas com outras instituições”, completa Geovana, salientando que o trabalho do setor seguiu acompanhado e referenciado pela **Coordenadora do Setor de Fiscalização do CRESS-SP, Neide Aparecida Fernandes**.



Arte: CRESS-SP, por Editora MPM

Ainda foram mantidos no regime de teletrabalho os plantões, as deliberações, o envio de ofícios, as notificações administrativas e, via departamento jurídico, o ajuizamento de ações, a articulação com outras entidades e o acionamento do Ministério Público. A realização de reuniões das SubComissões de Orientação e Fiscalização (SubCOFIs), da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) e da equipe do Setor de Fiscalização Profissional, por meio de videoconferência, foi intensificada.

Entre as dificuldades enfrentadas, Geovana aponta o **aumento no número e na complexidade das demandas recebidas e momentos de esgotamento dos membros da Comissão de Fiscalização** pela frequência e intensidade de atividades virtuais. Outros desafios importantes têm sido dar respostas a determinadas demandas mais relacionadas a questões de precariedade das condições e relações de trabalho, nos seus aspectos especificamente trabalhistas, e o **grande número de demandas relativas à realização do estágio**, na formação profissional.

Geovana considera que, no geral, a forma e o conteúdo dos atendimentos prestados têm suprido as necessidades dos/as demandantes, especialmente as emergenciais, e afirma que a qualidade possível foi garantida. “Houve adaptação e aprimoramento para responder às demandas recebidas. Diariamente, o setor faz leitura de publicações e orientações do Conjunto CFESS-CRESS, aborda e debate as demandas complexas e propõe encaminhamentos. Ações políticas foram executadas, como envio de ofício e publicações do Conjunto para os/as gestores/as municipais”, enumera Geovana.

Retorno ao presencial, só com segurança

De acordo com Laressa Rocha, o **balanço do teletrabalho no CRESS-SP, com base nas frequentes devolutivas dos setores, tem sido positivo**, sem reclamações dos/as profissionais atendidos/as e com mais agilidade no encaminhamento das solicitações. “Evidente que isso se deve aos novos fluxos assumidos excepcionalmente no momento de pandemia, e que em nossa realidade cotidiana

na não são possíveis. Mas, de certa forma, temos conseguido construir caminhos que têm garantido essa qualidade nos serviços prestados”, avalia.

A Conselheira reconhece o desafio que o atendimento on-line representa para uma parcela da categoria, mas diz que o CRESS-SP, reafirmando o seu compromisso com a defesa da vida e entendendo que grande parte das demandas recebidas pode ser resolvida por e-mail, tem mantido o teletrabalho com certa tranquilidade. Nesse sentido, novas estratégias são buscadas continuamente e a comunicação é uma pauta essencial nessas reflexões. “Podemos, ao longo do caminho e não sem certo esforço, entender que as **Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) podem, sim, ser, de uma forma muito evidente, grandes aliadas nessas novas possibilidades de atender e garantir o acesso a vários serviços à categoria**, seja nas solicitações cotidianas, seja viabilizando a participação nos espaços onde antes não era possível. No entanto, é sempre bom ressaltar que novas possibilidades são importantes, mas não substituem, sobremaneira, nossa forma de nos organizar e construir não só as ações do Conjunto CFESS-CRESS, mas todas as dimensões da nossa vida concreta”, analisa Laressa.



Foi posto como exigência respirar fundo e nos rever quase que em nossa totalidade



O Conselho tem discutido sobre a elaboração de protocolos sanitários e a decisão de só retornar gradativamente às atividades e aos atendimentos presenciais a partir da oferta de segurança necessária pelo poder público (programa efetivo de imunização), refletindo em seus/suas trabalhadores/as e na categoria. Laressa enfatiza o **esforço coletivo para manter o funcionamento e a atuação do CRESS-SP frente às demandas dos/as assistentes sociais e à conjuntura político-social durante a pandemia**. “Tanto a gestão passada quanto a atual não deixaram de se implicar nas lutas da classe trabalhadora e na garantia de suas responsabilidades enquanto Conselho de categoria, entendendo, inclusive, que **nossas defesas partem da centralidade da vida**. Posicionamo-nos quando foi necessário, revimo-nos para propor novos caminhos para os atendimentos, avaliamos em caráter de exceção várias medidas para que o atendimento fosse possível, e com qualidade. E, acima de tudo, defendemos, para quem fosse possível, que o ‘ficar em casa’ seria fundamental”, conclui Laressa. ■



Foto: CRESS-SP

Laressa Rocha

Conselheira Estadual do CRESS-SP

*O relato sobre o teletrabalho no Setor de Fiscalização Profissional contou com a contribuição de Neide Aparecida Fernandes, Coordenadora do Setor de Fiscalização do CRESS-SP.

Eleições definem gestão 2020-2023 do Conjunto CFESS-CRESS

Votação on-line elegeu as novas gestões para os Conselhos Federal e Regionais. Em São Paulo, houve eleições extraordinárias para seis Seccionais

O processo eleitoral para as gestões do triênio 2020-2023 do Conjunto CFESS-CRESS, o primeiro na modalidade on-line na história da profissão, teve início em outubro de 2019 e resultou nas posses das chapas eleitas para o Conselho Federal, Conselhos Regionais e Seccionais em maio deste ano. Em todo o Brasil, participaram do pleito 1 chapa para o CFESS, 37 chapas para os CRESS e 25 para as Seccionais. A votação ocorreu de forma on-line nos dias 10, 11 e 12 de março de 2020, pelo site votaassistentesocial.com.br. Segundo a apuração final, o sistema de votação registrou 97.365 eleitores/as habilitados/as.

A chapa “Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social” foi eleita com 19.888 votos para a gestão do CFESS. No CRESS-SP, a chapa “Ampliações: Em defesa do Serviço Social, nos encontramos na luta!”, eleita com 3.202 votos, tomou posse no dia 16 de maio, durante a Conferência em Comemoração ao Dia do/a Assistente Social, promovida em formato de live, devido ao cenário pandêmico. “Espero que este seja um triênio produtivo. Que possamos comunicar, orientar e dialogar com a categoria,

direcionados/as pelo projeto ético-político da nossa profissão. Nós temos compromisso com uma gestão democrática e colegiada, que dialogue com a categoria”, declarou a Presidenta do CRESS-SP Nicole Barbosa de Araujo sobre suas expectativas para o triênio.

Nas Seccionais paulistas, foram eleitas em primeira chamada: ABCDMRR, “Tempo de Esperançar”; Araçatuba, “Diálogo e Resistência”; Bauru, “ECUSS – Ética, Compromisso, União & Serviço Social”; Marília, “O Caminho se faz caminhando”; São José dos Campos, “Voz e Resistência”.

As demais Seccionais, que não alcançaram o quórum, passaram por Eleições Extraordinárias e foram eleitas após homologação dos resultados em setembro. São elas: Presidente Prudente, “Reexistência”; Ribeirão Preto, “Luana Barbosa”; Santos, “(R)esistir (I)nsistir, seguindo na luta”; São José do Rio Preto, “Avançar na luta em busca da liberdade”; Sorocaba, “Em tempos de luta, a bandeira é a resistência”. Em Campinas, onde o quórum não foi alcançado no Processo Eleitoral Extraordinário em 2ª convocação, ainda estão sendo definidas as tratativas para a realização da 3ª

convocação do Processo Extraordinário, que deve ocorrer muito em breve.

A documentação completa sobre o processo eleitoral no CRESS-SP e Seccionais, com números e resultados das votações, está disponível no site do Conselho, em cress-sp.org.br. ■



Arte: CFESS

POPULAÇÃO LGBTQ+: O IMPACTO DO SERVIÇO SOCIAL

As experiências concretas de Cássia Azevedo e Raphaela Fini são testemunhos do que é ser mulher trans no Brasil e do quanto imprescindível é a atuação profissional de assistentes sociais na luta pelos direitos da população LGBTQ+*

“Eu digo sempre que minha cor-pa preta se movimenta em diferentes lutas, sejam elas feministas, antirracistas, anticapitalistas, antitransfóbicas e, até mesmo, abolicionistas. É assim que eu abalo as estruturas da sociedade, ocupando espaços, provocando políticas públicas e sendo a resistência”. Assim a assistente social **Cássia Azevedo**, mulher, negra, transexual, define a luta de uma mulher preta e trans no Brasil.

No seu trabalho no Centro de Cidadania LGBTQI Edson Neris — UNAS Heliópolis, no Programa Transcidadania, da Prefeitura Municipal de São Paulo, Cássia **atende o público trans — travestis, mulheres e homens transexuais — em situação de vulnerabilidade social na capital paulista**, orientando e encaminhando essas pessoas, entre outros, segundo suas necessidades e demandas de hormonioterapia, alteração e retificação do nome e, o maior trabalho neste escopo, buscando parcerias com empresas para indicação a estágios e ao primeiro emprego. O Centro de Cidadania LGBTQI Edson Neris cobre dez Subprefeituras da Zona Sul e extremo Sul de São Paulo, atendendo às demandas do público LGBTQ+ por meio de diferentes programas, com o trabalho especializado de psicólogos/as, pedagogos/as, advogados/as e assistentes sociais. O Transcidadania tornou-se o carro-chefe entre essas frentes de atuação do Centro, por ser voltado à elevação escolar, capacitação e inserção no mercado de trabalho da população trans, com o objetivo de proporcionar a reintegração social, o resgate da cidadania e a autonomia.

Em outro campo, o da saúde, **Raphaela Fini**, mulher, branca, transexual, atua há quatro anos em projetos de prevenção em DST/AIDS, sendo atualmente agente articuladora pela Coordenadoria Municipal de Prevenção às IST/

HIV Aids de São Paulo, integrante do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBTQI de São Paulo, colaboradora do projeto TransPrevenção, do Instituto Vida Nova, e assistente social da equipe de apoio do projeto Prep 15 19, da Faculdade de Medicina da USP. Em novembro de 2020, Raphaela participou do *Ministerial Meeting of the Global HIV Prevention Coalition*, da GPC (*Global HIV Prevention Coalition/Coalizão Global para Prevenção do HIV*), falando na abertura do encontro internacional sobre seu trabalho de prevenção com a população trans.

Raphaela **atende a população LGBTQ+, como travestis e transexuais, mais especificamente, em situação de vulnerabilidades, trabalhadores/as do sexo e pessoas vivendo com HIV**. “As demandas apresentadas giram em torno da transfobia estrutural, da exclusão e desumanização que dela decorrem. Isso se materializa na falta de acesso a todos os direitos, desde ir à escola e tê-la como um espaço seguro de desenvolvimento e aprendizagem às barreiras de acesso à saúde, moradia, vida digna”, descreve, explicando que trabalha na perspectiva de educadora de pares, pois, sendo também uma pessoa trans, a identificação e referência são facilitadas. “Minha intervenção incide no grupo ao qual pertencço. Isso faz com que eu consiga perceber diversas nuances da exclusão social, pois também passei por esse processo”, salienta.

Barreiras, avanços e retrocessos

No acesso ao mercado de trabalho, Cássia explica que há várias questões enfrentadas pela

população LGBTQ+, com destaque ao desrespeito à identidade de gênero, mais acentuado quando a pessoa é trans ou travesti, o que acontece, por exemplo, na acessibilidade a banheiros e no uso de “ela” ou “ele”. “Para a construção da cidadania e a emancipação da população LGBTQIA+, é preciso ter políticas públicas que viabilizem e, assim, afirmem seus direitos e acesso a direitos básicos de qualquer cidadão/ã, a começar pelo acesso à educação, formação profissional e Universidade. E para que todos/as consigam ter as mesmas oportunidades e concorram ao mercado de trabalho com as mesmas chances, é preciso tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”, reflete Cássia.

O contexto político de extrema direita conservadora, acrescenta Raphaela, é desfavorável à pauta e às demandas da população LGBTQ+ no Brasil, havendo, inclusive, uma desconstrução de suas especificidades, com estagnação e retrocessos visíveis na oferta e no acesso à saúde. “Em São Paulo, existem esforços institucionais muito importantes e significativos, mas que ainda demoram para se materializar no dia a dia da população usuária do SUS. Mas essas estratégias construídas numa relação próxima com a sociedade civil são fundamentais”, pontua a assistente social, que aponta o Protocolo de Cuidado Integral às Pessoas Travestis e Transexuais lançado pelo Comitê Técnico de Saúde Integral LGBTQI, da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de São Paulo, como um relevante avanço para a implementação de um cuidado transdisciplinar.

Em 2020, os impactos da pandemia da COVID-19 para o público atendido por Cássia e Raphaela são representativos dos problemas já enfrentados historicamente pela população LGBTQ+ no país, como a violência, a exclusão social e os obstáculos na educação, no mercado de trabalho e na saúde. “A pandemia colocou uma lente de aumento nas questões sociais e nos determinantes sociais em saúde, assim como nas barreiras de acesso [a direitos, serviços etc.] para essa população. Entendo que o impacto maior seja na renda, na saúde mental e nas consequências do isolamento social para uma população que já é historicamente excluída”, analisa Raphaela, complementando que as atenções e exigências da COVID-19 deslocaram os esforços para outras demandas.

Cássia revela que têm sido vários os relatos de diferentes tipos de violência entre as pessoas trans atendidas na sua rotina de atuação, a maioria, travestis e transexuais profissionais do sexo — muitos/as dos/as quais, sem ter conseguido o Auxílio Emergencial, despejados/as das casas de cafetinas por falta de pagamentos de diárias e aluguel. A intolerância e o ódio por parte de familiares também aumentaram, observa a assistente social. “O isolamento social sempre fez parte dos relatos das pessoas trans. O que aumentou foi o distanciamento social que essa população sofre, até com a

Foto: CRESS-SP



Cássia Azevedo

Assistente social

“

É assim que eu abalo as estruturas da sociedade, ocupando espaços, provocando políticas públicas e sendo a resistência

”

falta de acesso à internet. As leis e diretrizes básicas de acesso à educação não chegaram até essas pessoas. A grande maioria relata estar sem vontade de viver ou sem perspectiva de vida”, descreve. Segundo Cássia, não houve suspensão dos trabalhos no Edson Neris desde o início da pandemia. Com a organização da equipe e a readequação do ambiente segundo todos os protocolos de segurança em saúde, além dos atendimentos jurídicos, psicológicos, pedagógicos e de assistência social, o Centro promoveu ações de doação de cestas básicas e plantões para orientações diversas.

Ações para transformar

Os caminhos de Cássia e Raphaela se encontram no Serviço Social e nos desafios enfrentados em seus percursos pessoais e profissionais. Cássia destaca três palavras para resumir sua trajetória profissional até aqui: luta, resistência e empoderamento. “Luta porque lutei muito para sobreviver a todos os preconceitos e discriminações nesta sociedade, e ainda luto. Resistência porque eu sou uma mulher trans, preta e periférica. E empoderamento por eu ser uma representatividade e empoderar outras mulheres por ser uma mulher trans”, reflete.

Raphaela conta que cresceu e se socializou em meio à transfobia estrutural e cotidiana, e

“

Trabalhar com isso me faz revisitar diversas dores, mas, ao mesmo tempo, impulsiona-me a querer intervir da melhor forma possível

”

que chegou a deixar a escola por não aguentar a pressão. “Vivi de perto a marginalização a que a comunidade trans está exposta, vejo com clareza como o processo de exclusão se materializa, como o acesso ao Ensino Superior me trouxe uma outra visão de mundo”, relata. Hoje, como assistente social, leva todo o seu repertório aos trabalhos que desenvolve com a população trans. “Extremamente complexo, e, por vezes, doloroso, pois vivi diversas experiências negativas devido a essa transfobia estrutural. E trabalhar com isso me faz revisitar diversas dores, mas, ao mesmo tempo, impulsiona-me a querer intervir da melhor forma possível para colaborar com essa luta pelos direitos da população trans. É inspirador e desafiador”.

A atuação de assistentes sociais pode ter um impacto transformador na vida das pessoas LGBT+. Somando sua especialidade à de outros/as profissionais, assistentes sociais podem contribuir concretamente, por exemplo, para a elevação educacional, a qualificação profissional e a entrada no mercado de trabalho, que promovem o resgate de direitos e da dignidade, a autoestima, a autonomia e a cidadania, a empregabilidade, o reconhecimento da sociedade, o empoderamento. No Transcidadania, que opera nesses três eixos, Cássia descreve que, uma vez que a população atendida é inserida na instituição escolar e capacitada profissionalmente, começa o desafio dos/as assistentes sociais de buscar parcerias com empresas que estejam abertas a cotas para a população LGBT+, que tenham uma educação sobre diversidade sexual e entendam as reais necessidades desse público. “Então, nós, assistentes sociais, impactamos de uma maneira positiva quando inserimos essas pessoas trans na empresa e conseguimos resgatar toda a sua dignidade e toda a sua autonomia frente às demandas da sociedade”, ilustra Cássia.

Já na promoção da saúde compreendida como bem-estar biopsicossocial, Raphaela explica que assistentes sociais ajudam a fortalecer vínculos comunitários e de suporte social e a disponibilizar reflexões importantes que, muitas vezes, são inacessíveis devido à marginalização compulsória da população LGBT+. “Acredito que ter a dimensão social da saúde com um



Foto: arquivo pessoal

Raphaela Fini

Assistente social, base da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS-SP.

olhar apurado é extremamente importante, pois o preconceito que pessoas LGBT+ sofrem no seu processo de desenvolvimento impacta nas vulnerabilidades em saúde. Os aspectos de sociabilidade também são afetados. Nesse sentido, a promoção de saúde inclui obrigatoriamente a promoção de cidadania”, aponta, considerando fundamental, para um impacto positivo significativo, desenvolver o trabalho, acima de tudo, pautando-se na emancipação dos sujeitos sociais.

No TransPrevenção, ela comemora resultados positivos com a estratégia de intervenção adotada, em que os/as colaboradores/as vão às residências de travestis e pessoas trans e promovem rodas de conversa, conduzidas por pares. “Conseguimos um resultado muito interessante, de se inserir na comunidade trans de forma mais significativa, pois eliminamos barreiras de acesso a informações e orientação sobre autocuidado, novas tecnologias de prevenção acessíveis. Mas conseguimos, principalmente, possibilitar reflexões importantes sobre assuntos tão complexos e carregados de estigma como a sexualidade, a legitimidade de práticas sexuais e desejos, as possibilidades de resistência e sobrevivência, falar sobre HIV na perspectiva de autonomia, de prevenção através de promoção de saúde”, destaca.

Para Raphaela, o Serviço Social, pelo seu enorme potencial de colaboração para a efetivação dos direitos das pessoas trans, deve se apropriar das demandas desta população. A assistente social defende, por exemplo, que os/as profissionais da base se apoderem da importância da compreensão sobre as questões das transexualidades. “O olhar social é fundamental para compreender melhor a sinergia de vulnerabilidades a que a população trans está sujeita e exposta pela transfobia estrutural. O Serviço Social é uma categoria profissional fundamental para fomentar essas discussões, sendo importante criar caminhos de fortalecimento, principalmente na maior aproximação e articulação com os movimentos sociais e na maior participação em ações efetivas que garantam, entre outros, a qualidade no atendimento vinculado à educação continuada e o acesso de pessoas trans aos serviços e sistemas de proteção e saúde”, afirma. ■

Arte: CFESS



Folder sobre atendimento a pessoas trans — Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS

*O CRESS-SP, em decisão colegiada, com a participação dos/as assistentes sociais LGBT+, optou, neste momento, pela sigla “LGBT+”, considerando, inclusive, que o “+” já contempla todos os outros grupos que integram essa população.

É O (RE)COMEÇO DA LUTA

Trabalhar na linha de frente do atendimento à população durante a pandemia mostra as dificuldades e a força do Serviço Social brasileiro. A assistente social Kátia Maria Deola conta como tem sido essa batalha, a primeira da nova jornada que chegou com a COVID-19

Foto: CRESS-SP



Kátia Maria Deola

Assistente social, base da Seccional São José dos Campos do CRESS-SP, da qual foi Coordenadora nas últimas duas gestões.

Compondo equipes de serviços e políticas essenciais no enfrentamento da pandemia da COVID-19, o Serviço Social tem travado uma batalha ainda mais dura no cotidiano de atendimento à população por todo o País. Profissionais da área, que já enfrentavam o desmonte das políticas públicas e a precarização das condições de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais, **agora expõem sua saúde, suas vidas e de suas famílias aos riscos da contaminação.**

O atendimento remoto, com os seus limites e a sua falta de estruturação adequada, também é uma interface desse cenário, trazendo mais problemas para o dia a dia dos/as assistentes sociais e mais dificuldades ao acesso a serviços e benefícios sociais. Onde o atendimento seguiu presencial, as ações para garantia da proteção dos/as trabalhadores/as e dos/as usuários/as atendidos/as demoraram a acontecer. Enquanto isso, **a demanda por atendimento aumentou**, graças ao agravamento de uma crise econômica enfrentada há anos e que segue sendo aprofundada também pelos governos federal, estaduais e municipais.

Na entrevista a seguir, Kátia Maria Deola, assistente social, base da Seccional São José dos Campos do CRESS-SP, faz um relato sobre o trabalho de assistentes sociais na linha de frente do combate à COVID-19, aponta os riscos e problemas encontrados, as principais solicitações da população mais atingida durante a pandemia e fala de como este momento reafirma, e pode fortalecer, o Serviço Social e suas Bandeiras de Luta.

Jornal Ação: Como o Serviço Social tem sido demandado no enfrentamento da pandemia da COVID-19?

Kátia Maria Deola: Percebo, desde o início da pandemia, nos equipamentos voltados à Proteção Social Básica (PSB) da política de assistência social, uma grande procura sobre informações e procedimentos para acesso ao Auxílio Emergencial por parte dos/as usuários/as. A forma desorganizada do Governo Fede-

ral provocou na população pobre uma exposição muito maior à possibilidade de contágio e as imensas filas nas agências bancárias são exemplo disso. Também podemos assinalar as questões voltadas ao acesso aos benefícios vinculados ao INSS e o atendimento no Sistema de Justiça, que passaram para o atendimento remoto, utilizando plataformas digitais.

Também nos foi demandado sermos ainda mais criativos/as no que se refere ao acompanhamento das famílias já inseridas nos programas sociais existentes, considerando a impossibilidade de ações coletivas, sem que houvesse, por parte dos gestores, providências quanto a equipamentos necessários, levando, em muitas situações, os/as profissionais a utilizarem seus equipamentos próprios, como é o caso do celular para grupos no WhatsApp. Observo, também, a procura por Benefícios Eventuais e, sobretudo, a cesta básica e a busca de alternativas às questões habitacionais.

A inexistência de um plano emergencial claro da política pública de assistência social, organizando as formas de atendimentos no conjunto dos serviços oferecidos à população, possibilitando planejamento das ações profissionais, prejudica ainda mais o acesso aos direitos, ficando os/as profissionais com iniciativas particulares ou setorializadas.

Ação: Na linha de frente, em que principais áreas os/as assistentes sociais estão atuando?

Kátia: Estamos atuando principalmente na escuta qualificada dos/as usuários/as, nos encaminhamentos necessários para acesso aos direitos previdenciários, Benefícios Eventuais como cesta básica de alimentos e programas de transferência de renda.

Atuação, também, na identificação e no atendimento de situações de violência doméstica, que nos exige a articulação com a rede de proteção e ação conjunta. As situações de violência e violação de direitos não pararam de acontecer em função de uma pandemia. Ao contrário, pesquisas apontam o aumento significativo da violência contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos/as neste período.

Ação: Como a população atendida recebe, ou percebe, o trabalho desses/as profissionais?

Kátia: Observo que a população atendida nos equipamentos considera ser um espaço de acolhida e de acesso a informações sobre as questões trazidas aos/as profissionais. Com as famílias já inseridas em acompanhamento, observo que as orientações são ainda mais direcionadas às necessidades apresentadas, por já haver uma aproximação anterior à pandemia.

Por outro lado, há uma parcela da população que, até então, não era usuária da política de assistência social, que, devido à situação de desemprego e subemprego acelerada na pandemia, passa a buscar orientações e alternativas nos equipamentos existentes nos seus territórios.

Ação: Quais são os riscos desses atendimentos, presenciais e no contato direto com a população?

Kátia: O risco de contaminação pelo [novo] coronavírus é real, as medidas de proteção são realizadas, mas percebemos ações tardias ou insuficientes das gestões no que se refere aos equipamentos eficazes de proteção dos/as trabalhadores/as. No espaço em que atuo, várias medidas foram realizadas — suspensão das atividades coletivas, agendamento para as acolhidas, realização de visitas domiciliares somente em situações extremas. Conversamos bastante com os/as usuários/as sobre a importância de se manterem em distanciamento social e disponibilizamos a possibilidade de orientações remotas para prosseguimento dos atendimentos.

A desorganização do Estado tem deixado a população com poucas alternativas e, de certo modo, descrente dos riscos. No início da pandemia da COVID-19, as aglomerações aconteciam nos equipamentos devido às informações conflitantes, principalmente sobre Auxílio Emergencial.



Nossas Bandeiras de Luta continuam pertinentes! Nossa luta contra a precarização das relações e condições de trabalho se faz ainda mais necessária em tempos de pandemia



Ação: Que desafios se impõem aos/as assistentes sociais atuando na linha de frente?

Kátia: Percebo como maior desafio a concretização da construção coletiva de um plano de ação efetivo a ser desenvolvido na política pública de assistência social, pois observo que, nas nossas frentes de trabalho, os impactos da pandemia da COVID-19 não estão sendo discutidos na sua essência, de forma a alinhar propostas de intervenção na defesa da vida. Precisamos ir além das cartilhas. Devemos exigir de forma coletiva do/a empregador/a,

da gestão, as condições ideais de trabalho, com todos os cuidados necessários, garantindo à população usuária dos serviços públicos um plano de ação realmente pertinente neste momento de pandemia.

O Conjunto CFESS-CRESS, através de suas publicações específicas para este momento de pandemia, orienta-nos de forma pertinente com suas notas técnicas e resoluções. Como profissionais na linha de frente, temos a possibilidade de planejar ações considerando as informações do Cadastro Único, da vigilância socioassistencial, das observações realizadas nos territórios, possibilitando a construção de diagnóstico e utilizando as ferramentas que temos. A ampliação do olhar profissional para além do imediato se faz urgente.

Ação: Que relação o trabalho com a população no contexto da COVID-19 no Brasil estabelece com as Bandeiras de Luta do Serviço Social brasileiro?

Kátia: A crise sanitária escancarou as crises econômica, política e social já existentes. Vivemos a barbárie! Vivemos, durante os últimos anos, o aprofundamento do sucateamento dos serviços públicos existentes e, neste momento pandêmico, as decisões dos/as gestores/as das diferentes esferas são direcionadas à manutenção e ampliação dos lucros do capital em detrimento das necessidades dos/as trabalhadores/as, da população usuária dos serviços de saúde, assistência social, educação, habitação. Acrescido, ainda, de estarmos em período que antecede Eleições no país* e de fortes ataques à democracia. É necessário fortalecermos ainda mais o diálogo com a população usuária do conjunto dos serviços, dialogar com os movimentos sociais, estimular o controle social e ampliar a dimensão socioeducativa do nosso agir profissional. (*Entrevista concedida em outubro de 2020)

Nossas Bandeiras de Luta continuam pertinentes! Nossa luta contra a precarização das relações e condições de trabalho se faz ainda mais necessária em tempos de pandemia. Defender a liberdade e a democracia, combater toda forma de preconceito, enfrentar as expressões da questão social continuam sendo para nós, assistentes sociais, o caminho a ser construído e fortalecido.

Ação: Qual será o legado do Serviço Social para o país no pós-pandemia?

Kátia: Inicialmente, acredito que podemos considerar como legado todas as proposituras realizadas pelo Conjunto CFESS-CRESS no que tange às orientações dadas à categoria neste

momento de pandemia. Não existe a possibilidade de “volta ao normal”!

Temos como tarefa compreender esta realidade que nos é imposta, de forma aprofundada, junto com outras profissões, através de estudos científicos sobre os impactos sofridos pelo conjunto da classe trabalhadora, seja por meio das configurações dadas ao mundo do trabalho, a segurança alimentar e a organização coletiva, entre outros.

Perguntar-nos “o que temos?” e “para onde vamos?” irá nos colocar ainda mais na luta em defesa dos direitos sociais, na defesa da democracia e dos rumos das políticas sociais. Penso, também, que devemos refletir e buscar alternativas de inserção dos/as usuários/as no mundo digital de forma crítica, buscando alternativas de comunicação e abrindo possibilidades de organização coletiva.

Ação: Se pudesse dizer algo para cada assistente social paulista trabalhando, hoje, na linha de frente do enfrentamento à COVID-19, quais seriam suas palavras?

Kátia: Estamos com medo, angustiados/as, em luto, mas não fique sozinho/a! Converse com seus pares, no seu espaço de trabalho. Não negligencie sua saúde mental. Busque participar de espaços coletivos da categoria e da classe trabalhadora, que são os espaços onde nos fortalecemos. Construa estratégias junto com os/as usuários/as para dar visibilidade ao que está escondido. É o início da luta, não o fim.

Para quem me conhece, sabe que aqui estou tentando expressar o pensamento de vários/as profissionais que no cotidiano lutam comigo por dias melhores e uma sociedade em que sejamos realmente livres. Não estamos sozinhos/as! Forte abraço. ■

In memoriam

Foram muitas as perdas do Serviço Social para a pandemia em 2020. Em agosto, o quadro de trabalhadores/as do CRESS-SP se enfraqueceu com o falecimento de Thiago Pinéis de Araújo, Assistente de Administração e Serviços da Seccional Araçatuba, mais uma vítima fatal da COVID-19.

“Thiago do CRESS, como era conhecido pela categoria de assistentes sociais da região de Araçatuba, era muito querido e sempre demonstrou compromisso e organização com o desempenho de suas atividades. Tinha muito respeito pelos princípios e valores ético-políticos construídos pelo Serviço Social brasileiro e materializava tais posicionamentos na forma como desenvolvia suas ações”, descreve a Nota de Condolências no site do CRESS-SP.

Thiago atuava no Conselho desde outubro de 2007 e a expressão do seu trabalho e da sua dedicação para a profissão foi marcante para as gestões da Seccional e da Estadual do CRESS-SP. Seu comprometimento e proatividade permitiram que os/as profissionais se aproximassem ainda mais do Conjunto CFESS-CRESS. Generoso companheiro de trabalho, sempre atualizado sobre as resoluções e discussões do Conjunto, “Tato”, como era tratado pelas pessoas mais próximas, recebia a todos/as na Seccional Araçatuba com sorriso no rosto, organização, gentileza, atenção e respeito.

“Não há quem tenha solicitado apoio ao Thiago que não tenha recebido com muita afeição e dedicação. (...) Conhecia mais da instituição do que nós, com certeza! E emprestava seu conhecimento e sua dedicação!”, diz a nota do CRESS-SP, finalizando: “Ficam agora a saudade e o lugar vazio! A Seccional Araçatuba nunca mais será a mesma”. ■

Thiago Pinéis de Araújo, presente!

FONTE: cress-sp.org.br, em “Nota de condolências” de 19 de agosto de 2020.



Foto: CRESS-SP

“Nosso luto, nossa luta!” homenageia assistentes sociais vítimas da COVID-19

Imagem/Arte: CFESS.



O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou um memorial no seu site oficial — cfess.org.br — para lembrar dos/as assistentes sociais falecidos/as no contexto da pandemia da COVID-19 em todo o Brasil.

Sob o lema “Nosso luto, nossa luta!”, a iniciativa registra o nome e a atuação de cada um/a, e expressa o pesar e a consternação do Conjunto CFESS-CRESS e da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) com o falecimento desses/as profissionais, grande parte em decorrência do exercício profissional no enfrentamento da pandemia.

“Estas mortes gritam e denunciam a omissão do Estado brasileiro quanto à falta de recursos das instituições, de equipamentos de proteção individual (EPIs), a extenuantes jornadas de trabalho, com equipes reduzidas, muitas vezes submetidas ao assédio moral”, relata o memorial, destacando, ainda, que as mulheres atuando na linha de frente, em condições precárias, são a maioria das vítimas fatais.

O objetivo é que o memorial seja um espaço de luto, luta, memória e resistência. ■

FONTE: cfess.org.br / Memorial “Nosso luto, nossa luta!”.

Comitê Assistentes Sociais no Combate ao Racismo ativo em 2020

Apesar das restrições da pandemia, Comitê manteve a forte atuação. Continuidade das ações antirracistas é compromisso assumido da nova gestão do CRESS-SP

Arte: CRESS-SP / Editora MPM



Comitê de Combate ao Racismo

RACISMO NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E NO COTIDIANO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL

21 e 22/09/2020 Transmissão pelo Youtube do CRESS-SP
19h30 às 21h30

21/09/2020 CAPITALISMO SEM RACISMO NÃO EXISTE
Intervenção Artística-Cultural: Lillian Reis (Atriz, assistente social)
Debatadores/as: Givemildo Manoel (Educação, organizador do livro Quebrando as Grades) e Lorraine Carvalho (Advogada, mestranda em Direitos Humanos pela USP)

22/09/2020 PRÁTICA PROFISSIONAL ANTIRRACISTA, NA LUTA COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS
Intervenção Artística-Cultural: MC Gasparetto
Debatadores/as: Mônica Cunha (Movimento Moleque - RJ), Márcia Eurico (Dra em Serviço Social e docente na UNIFESP) e Caado (Assistente Social, militante no movimento Negro e LGBTI+)

O Comitê Assistentes Sociais no Combate ao Racismo manteve-se ativo durante todo o ano de 2020, apesar das restrições impostas pela pandemia da COVID-19. Nem todas as ações planejadas inicialmente foram executadas, em função das dificuldades de adaptação para o modo remoto, seguindo as recomendações de isolamento e distanciamento sociais. Ainda assim, a agenda de atividades foi intensa.

Patrícia Maria da Silva, Conselheira Estadual do CRESS-SP e integrante do Comitê, explica que foram organizados Grupos de Trabalho (GTs) que ficaram responsáveis pela execução das ações. “Temos uma base consolidada que possibilitou a continuidade das ações políticas no que diz respeito à discussão racial. Considerando o período atípico, avalio ter sido um ano potente para a compreensão da questão racial no Brasil e de que forma, nós, assistentes sociais, responsabilizamo-nos pela construção de uma agenda antirracista no interior da profissão”, considera Patrícia.

As reuniões ordinárias do Comitê foram realizadas mensalmente em ambiente on-line, com a participação de assistentes sociais e estudantes de São Paulo e outros estados. Na Conferência em Comemoração ao Dia do/a Assistente Social, promovida pelo CRESS-SP em maio no formato de live, o Comitê esteve presente discutindo a questão racial.

Em agosto, o “Aquilombamento Virtual”, no Instagram do CRESS-SP, promoveu um bate-papo on-line sobre a trajetória do Comitê, seus avanços e principais desafios. O webinar “Racismo nas Medidas Socioeducativas e no Cotidiano Profissional da/o Assistente Social”, em setembro, discutiu o racismo no cotidiano de profissionais que atuam nas medidas socioeducativas. “Há muito

tempo a categoria profissional exigia do Conselho um olhar específico aos serviços de medida socioeducativa e, neste ano, foi dado um importante passo nesta discussão”, comenta Patrícia.

O lançamento do vídeo em alusão ao dia 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, também se destacou, com grande repercussão nas redes sociais. Em novembro, o vídeo contabilizava 3,7 mil visualizações no Facebook e quase mil no Instagram do CRESS-SP.

A gestão *Ampliações: Em defesa do Serviço Social, nos encontramos na luta!* assumiu o compromisso político de dar continuidade ao Comitê Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, criado pelo CRESS-SP como uma ação vinculada à Campanha de Gestão do Conjunto CFESS-CRESS do triênio 2017-2020. Agora, o Comitê passa a compor o eixo de Ética e Direitos Humanos do CRESS-SP e segue como uma campanha desta gestão, com atividades a serem pensadas e programadas para os próximos três anos.

As ações do Comitê atravessarão todos os eixos estratégicos do Conselho, alcançando todas as Comissões e tendo como norte as indicações da Plenária Nacional do Conjunto CFESS-CRESS e a educação e formação antirracistas. Estão na pauta para o triênio as atividades do Grupo de Estudos Mandela Assis, a discussão da questão indígena, a discussão antipunitivista, ações do Novembro Negro e a construção de um documento que reflita a memória e a luta do Comitê, entre outros. “A marca da gestão (2020-2023) é a permanência e a continuidade das ações antirracistas. Porque a gente entende que, obviamente, isso não é somente uma atividade de campanha do Conjunto CFESS-CRESS, mas é um compromisso profissional e político”, afirma Patrícia. ■



Trecho do vídeo em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha: mais de 3 mil visualizações no Facebook.

Imagem: CRESS-SP.

Planejamento 2020-2023 dá os primeiros passos

Em decorrência das adequações demandadas pela pandemia do novo coronavírus, atividades do planejamento do triênio tiveram caráter consultivo em 2020 e apontaram ações iniciais para a ampliação de debates e iniciativas em quatro principais eixos

O CRESS-SP planeja, para a partir de 2021, ampliar os debates nos eixos de Ética e Direitos Humanos e de Formação Profissional. No primeiro, há a previsão de uma campanha antipunitivista e no segundo, ações em articulação com as unidades de formação do Conselho e a ABEPSS, buscando promover um espaço de debate formativo sobre a questão étnico-racial.

Outras atividades confirmadas para o ano que vem versam sobre requisições indevidas aos/às assistentes sociais, no eixo de Orientação e Fiscalização, e, no de Seguridade Social, sobre as articulações para a implementação da Lei 13.935, que já estão acontecendo em 2020. Pammella Galdino, Conselheira Estadual suplente do CRESS-SP, comenta que há diferentes destaques no planejamento do triênio 2020-2023, mas faz uma ressalva sobre o de 2021. “Conforme consta no Relatório da Plenária Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, como não tivemos atividades deliberativas e sim consultivas, as ações que não obtiveram consenso serão remetidas para o Encontro Nacional de 2021, o que significa que o CRESS-SP debruçou-se somente sobre as ações que foram consensuadas na Plenária Nacional”, explica.

Em 2020, todo o trabalho da Comissão de Planejamento do CRESS-SP sofreu adequações devido à pandemia da COVID-19, com a realização on-line de importantes eventos. Em julho, por

exemplo, a Etapa Preparatória Estadual — Deliberações para o Triênio 2020-2023 do Conjunto CFESS-CRESS, para discussão e elaboração de propostas dos sete eixos que organizam o Conjunto, foi realizada de forma remota, virtual, por meio de plataforma on-line. “Apesar das limitações que o ambiente virtual nos impõe, foi neste ambiente que muitos profissionais conseguiram participar de forma mais contundente. Temos o exemplo do próprio Comitê Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, que sempre conta com participantes de várias Seccionais, de outros estados, de estudantes, que acabam participando pois tiveram contato com a programação e agenda de reuniões nas redes sociais do CRESS-SP”, observa Pammella.

A Conselheira salienta que o planejamento é sempre um processo de aproximação a alguns entendimentos e de tentativa de diálogo entre a forma contábil de prestação de contas ao TCU e as atividades políticas do CRESS-SP. Nesse sentido, a opção por atividades remotas — em especial dos NUCRESS — é vista como um espaço privilegiado com a categoria. Para Pammella, planejar o próximo ano diante de um cenário sanitário tão incerto é um grande desafio. “Isso também impacta a ação precípua do Conselho, afinal, não estamos descolados dessa realidade. No entanto, é a partir da experiência deste 2020, em que tivemos que nos reinventar e aprender novas formas criativas de garantir as atividades do Conselho, que coloco as minhas expectativas”, afirma. ■